

FABIANO PIMENTEL

**AS PROVAS PROVAS
PROCEDIMENTOS P
E RECURSOS CRIMINAIS**

**ATUALIZADO COM A
LEI ANTICRIME 13.964/2019**





Belo Horizonte	São Paulo
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Fabiano Pimentel.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor: Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Enzo Zaqueu
(Imagem de David Van Diemar, por Unsplash)

Diagramação Bárbara Rodrigues
Enzo Zaqueu

1173400

Catálogo na Publicação (CIP)

P644 Pimentel, Fabiano
Provas, procedimentos e recursos criminais / Fabiano Pimentel. - 1. ed. - Belo Horizonte,
São Paulo : D'Plácido, 2020.
830 p.

ISBN 978-65-5589-001-3

1. Direito. 2. Direito Processual Penal. I. Título.

CDDir: 341.43


Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



*
Rodapé





Sumário

Introdução	15
1. Teoria da prova penal	17
1.1. Aspectos iniciais.....	17
1.2. Certeza e verdade na prova penal.....	18
1.3. Sistemas de valoração da provas.....	21
1.4. Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.....	24
1.5. Os indícios.....	25
1.6. Objeto da prova.....	28
1.7. Prova emprestada.....	30
1.8. <i>Standards</i> probatórios.....	32
1.9. O ônus da prova.....	36
1.10. O ativismo judicial penal.....	39
1.11. A figura do juiz das garantias.....	41
1.12. Das provas ilícitas.....	46
1.13. Das provas em espécie.....	60
1.14. Súmulas relacionadas.....	114
2. Medidas cautelares penais	117
2.1. Aspectos iniciais.....	117
2.2. Tempo e processo penal.....	119
2.3. O direito fundamental a um processo penal sem dilações indevidas.....	123
2.4. Efetividade e medida cautelar.....	129

2.5. Tutelas provisórias.....	131
2.6. Tutela de urgência e tutela provisória.....	133
2.7. Tutela definitiva e tutela provisória.....	134
2.8. Tutela de evidência.....	135
2.9. Tutela antecipada e sua aplicação no processo penal em favor da liberdade.....	137
2.10. Tutela antecipada e medida cautelar: conceito e distinções.....	141
2.11. Medida liminar e medida cautelar.....	145
2.12. Da fungibilidade entre tutela antecipada e medida cautelar.....	146
2.13. Características das medidas cautelares.....	150
2.14. O poder geral de cautela.....	151
2.15. Classificação das medidas cautelares.....	152
2.16. Cautelares em espécie.....	152
2.16.1. Medidas cautelares de natureza real.....	152
2.16.2. Medidas cautelares relativas à prova.....	157
2.16.3. Medidas cautelares de natureza pessoal.....	158
2.17. Súmulas relacionadas.....	158
3. Medidas cautelares pessoais: prisão e liberdade.....	159
3.1. Aspectos iniciais.....	159
3.2. O assento constitucional do tema.....	160
3.3. Conceito e classificação.....	161
3.4. Prisão especial.....	162
3.5. Prisão em flagrante.....	164
3.6. Prisão temporária.....	175
3.7. Prisão preventiva.....	183
3.8. A presunção de inocência e a prisão em 2ª instância.....	209
3.9. A prisão domiciliar.....	213
3.10. Em resumo: as principais alterações da nova lei de prisões (lei 12.403/11).....	216
3.11. A liberdade.....	224
3.12. Súmulas relacionadas.....	236
4. Procedimentos criminais.....	239
4.1. Aspectos iniciais.....	239
4.2. Procedimento ordinário.....	239
4.3. Procedimento sumário.....	248

4.4. Procedimento sumaríssimo.....	250
4.5. Procedimentos especiais.....	265
4.6. Súmulas e enunciados.....	281
5. O Tribunal Popular do Júri.....	291
5.1. Aspectos iniciais.....	291
5.2. A história do Tribunal do Júri.....	294
5.3. Princípios do júri.....	296
5.4. Características do júri.....	300
5.5. O procedimento bifásico do júri.....	301
5.6. <i>Iudicium accusationis</i>	301
5.7. Desaforamento.....	319
5.8. <i>Iudicium causae</i>	325
5.9. Súmulas relacionadas.....	350
6. Sentença e caso julgado penal.....	351
6.1. Aspectos iniciais.....	351
6.2. Atos do julgador.....	354
6.3. A sentença penal.....	357
6.4. Princípio da correlação.....	381
6.5. <i>Emendatio libelli</i>	382
6.6. <i>Mutatio libelli</i>	385
6.7. O fim da <i>emendatio libelli</i>	386
6.8. O caso julgado penal.....	389
6.9. Caso julgado penal formal e material.....	396
6.10. Limites objetivos e subjetivos do caso julgado penal.....	400
6.11. Súmulas relacionadas.....	404
7. A teoria do precedente judicial e sua aplicação ao processo penal.....	407
7.1. Introdução.....	407
7.2. A tradição jurídica do <i>common law</i>	408
7.3. Noção de precedente judicial.....	416
7.4. O precedente judicial na dimensão da igualdade.....	422
7.5. O precedente judicial na dimensão da segurança jurídica.....	428
7.6. A importância da fundamentação das decisões judiciais no sistema de precedentes.....	433

7.7. O <i>stare decisis</i>	437
7.8. O conceito de <i>ratio decidendi</i>	444
7.9. O conceito de <i>obiter dictum</i>	448
7.10. Técnicas utilizadas na aplicação e superação dos precedentes.....	453
7.11. Aplicação e superação do precedente.....	455
7.12. <i>Distinguishing</i>	463
7.13. <i>Signaling</i>	470
7.14. <i>Transformation</i>	474
7.15. <i>Overruling</i>	478
7.16. Um triste caso de <i>overruling</i> no processo penal brasileiro: a limitação do uso do <i>habeas corpus</i> pelo STF.....	486
7.17. <i>Overriding</i>	490
7.18. Efeito temporal da revogação dos precedentes.....	494
7.19. Considerações finais.....	501
8. Recursos.....	503
8.1. Aspectos iniciais.....	503
8.2. Conceito e características.....	504
8.3. Princípios.....	508
8.4. Pressupostos recursais.....	521
8.5. Efeitos.....	529
8.6. Recursos criminais em espécie.....	530
8.6.1. Recurso em sentido estrito.....	530
8.6.2. Apelação.....	546
8.6.3. Embargos infringentes e de nulidade.....	557
8.6.4. Embargos de declaração.....	560
8.6.5. Agravo em execução.....	565
8.6.6. Carta testemunhável.....	568
8.6.7. Correição parcial.....	572
8.6.8. Recurso especial e recurso extraordinário.....	576
8.6.9. Agravo em recurso especial e extraordinário.....	588
8.6.10. Agravo interno ou regimental.....	592
8.7. Súmulas relacionadas.....	595
9. Nulidades.....	599
9.1. Aspectos iniciais.....	599

9.2. Da necessária interpretação normativa.....	601
9.3. Breves considerações sobre a norma jurídica.....	605
9.4. O devido processo legal como um direito fundamental irradiante.....	607
9.5. A nulidade como consequência da violação da norma constitucional do devido processo penal.....	612
9.6. A teoria bipartida da tipicidade processual penal conglobante.....	614
9.7. A classificação doutrinária das nulidades – uma visão crítica.....	616
9.8. Repensando os princípios das nulidades no processo penal.....	621
9.9. A banalização do conceito de nulidade relativa na jurisprudência e as violações constitucionais.....	630
9.10. Das nulidades em espécie.....	636
9.11. Súmulas relacionadas.....	668
10. Das ações autônomas de impugnação no processo penal.....	671
10.1. Aspectos iniciais.....	671
10.2. Do <i>habeas corpus</i>	671
10.2.1. Histórico.....	671
10.2.2. Conceito e natureza.....	677
10.2.3. Classificação e legitimidade.....	678
10.2.4. Hipóteses de cabimento.....	681
10.2.5. Competência.....	684
10.2.6. Procedimento.....	685
10.2.7. Dos recursos em <i>habeas corpus</i>	686
10.3. Mandado de segurança em matéria criminal.....	690
10.3.1. Conceito.....	690
10.3.2. Legitimidade, procedimento e competência.....	696
10.4. Revisão criminal.....	698
10.4.1. Histórico da revisão criminal.....	698
10.4.2. Conceito.....	701
10.4.3. Natureza jurídica.....	703
10.4.4. Hipóteses de cabimento.....	704
10.4.5. Uma nova leitura do art. 621, I, do CPP.....	707
10.4.6. O <i>overruling</i> como fundamento para a revisão criminal.....	714
10.4.7. Alguns casos de <i>overruling</i> no Brasil.....	715
10.4.8. Revisão criminal em sentença absolutória.....	723

10.4.9. Revisão criminal <i>pro societate</i>	725
10.4.10. <i>Reformatio in pejus</i> direta e indireta.....	727
10.4.11. Revisão criminal nas decisões do júri.....	730
10.4.12. Revisão criminal na lei nº 9.099/95.....	732
10.4.13. Competência e procedimento.....	734
10.4.14. Oportunidade e legitimidade.....	736
10.4.15. O ônus da prova.....	737
10.4.16. Indenização por erro judiciário.....	744
10.4.17. Tutela antecipada em sede de revisão criminal.....	746
10.5. Súmulas relacionadas.....	771
Conclusão	773
Referências	799